

Ecôn - Brasil

02 OUT 1990

A força-tarefa do otimismo

ESTADO DE SÃO PAULO

Uma força-tarefa do governo, formada pelos chefes da equipe econômica, foi a Washington para mostrar as excelências do plano econômico brasileiro. Durante a reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), ministros e burocratas do mundo todo se misturam com a nata do sistema financeiro. Como de costume, as autoridades acabam se mostrando mais falantes no Exterior que no Brasil, mesmo para a imprensa brasileira. O resultado é misto. Alguns recados são oportunos, embora só expressem o mais simples bom senso. Exemplo: a inflação não está liquidada e não tem sentido, no caso brasileiro, discutir se vale a pena ter um pouco mais de tolerância com os preços para conseguir um pouco mais de crescimento, como disse o mi-

nistro da Fazenda, Pedro Malan.

Outras declarações justificam alguma perplexidade. O ministro da Fazenda e o do Planejamento, Antônio Kandir, aproveitaram para apresentar a investidores e credores, em Washington, um roteiro do ajuste programado para o próximo ano. O roteiro, já exposto no Brasil, contém uma singular mistura de otimismo e de modéstia. O otimismo está na crença de que tudo se realizará como foi imaginado: demissões voluntárias de funcionários públicos, corte de benefícios para os servidores, fechamento de empresas e de órgãos federais, revisão de benefícios previdenciários, solução para o endividamento dos Estados e privatização dos bancos estaduais.

As demissões, mesmo de apenas 40 mil servidores, não podem ser dadas como certas. Sua realização

poderá envolver negociações complicadas. Além disso, quem pode garantir que não se demitam exatamente os funcionários mais capacitados e mais úteis? A alteração de benefícios previdenciários, como já foi reconhecido, deverá exigir um projeto de lei para mudança de cálculos. A renegociação das dívidas de Estados pode muito bem resultar em maiores encargos para a União, simplesmente, sem grande esforço de ajuste dos governos estaduais. Nesse caso, o reescalonamento poderá, como outros acertos de dívidas, acrescentar um peso considerável à dívida pública, ao invés de reduzi-la. Estes são exemplos de como

se constrói um programa aparentemente simples com passos politicamente complexos. Se der tudo certo, haverá uma economia de R\$ 2,5 bilhões. Esta é a modéstia contrastante com o otimismo.

Também na categoria das declarações estranhas entra a confusão do ministro Kandir entre reeleição e reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Se o presidente continuar, disse Kandir, o País chegará mais rapida-

mente a altos índices de crescimento, entre 7% e 9%, porque as reformas sairão mais cedo. O argumento pode ter sentido, mas implica uma curiosa personalização do programa de reformas.

Reformas complicadas ficam muito mais fáceis quando descritas por ministros no Exterior